



35. A linguagem científica nas culturas orais

Janaína Pereira Ribeiro
8ª Coordenadoria Regional de Educação
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Rosane Rosa Martins
Escola Municipal Gil Vicente
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Adriana Soares Barbosa
Departamento Geral de Educação
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Luzia Cristina N. de Araujo
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Luis Antonio G Senna, Orientador
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Brasil

Brasil es ejemplo de nación intercultural, donde la Educación siempre ejerció fuerte influencia en los procesos de exclusión de las minorías sociales. Su tradición positivista – en la escuela, también, piagetiana – primó en todo el Siglo XX por elevados grados de fracaso escolar y evasión, cuasi siempre incidiendo sobre las poblaciones marginales, las que, o no ingresaban en la educación formal, o, si lograban adentrar la escuela, luego quedaban reprobadas o marginadas en las clases. Desde los últimos años, la Educación brasileña impartió un movimiento, ora formal, ora informal, de legitimación de las camadas marginadas de la sociedad en la escuela. Todavía, todo lo esfuerzo de inclusión enfrenta reveses, desde la dificultad de los alumnos para comprendieren lo que hace la escuela en sus vidas, desde la dificultad de los maestros para comprendieren la inteligencia oral de los alumnos. Esta ponencia aborda aspectos conflictivos en las prácticas de Educación Intercultural contemporánea, derivados de la orientación científica de los medios de educación formal y los múltiples otros formatos cognitivos basados en la cultura oral. Los puntos-clave abordados serán: (i) las circunstancias sociales del proceso de letramento humano en la Edad Moderna, a partir de la ruptura con las prácticas sociales de conformación oral, bien como su apropiación de forma particular en el imaginario público del Brasil colonial; (ii) la pér-



didada de interés sobre la oralidad como razón de la proposición de un modelo cognitivo universal y generador de segregación social; (iii) el carácter edificante de los primeros estudios sobre la oralidad en el Siglo XX – a partir de Vygotsky y Luria – observando su no comprometimiento con el refuerzo de las identidades culturales no científicas; (iv) investigaciones contemporáneas sobre los modos del pensamiento y la legitimación de un potencial científico manifiesto, sea de forma científico-cartesiana, sea de forma oral, señalando acá su importancia en las prácticas de Educación Intercultural.

A sociedade brasileira sofreu várias influências culturais em sua formação, o que gerou uma variedade de hábitos e valores que circularam por todas as ruas e casas do nosso país. Até o início do século passado, alguns intelectuais brasileiros diziam ser o nosso povo um povo sem identidade. Darcy Ribeiro, em seu livro “O povo brasileiro”, assinala que a cultura brasileira formou-se pela síntese das culturas históricas umas com as outras. Esse fenômeno intercultural ocasionou um somatório de características que distinguem este ou aquele grupo social independente do seu vetor antropológico (no caso do Brasil: vetores indígena, ibérico, anglo-germânico, africano e asiático e médio oriental). Cada um desses vetores é mais do que um conjunto de pessoas ou hábitos isolados, eles estão diretamente relacionados a determinados modelos de representação do conhecimento e das relações sociais. As misturas ocorreram de forma tão intensa, que hoje não podemos relacionar determinados valores culturais como desta ou daquela etnia, pois cada grupo, na verdade, apresenta em determinado momento, esta ou aquela característica, que originariamente só pertenceria a um grupo específico. Historicamente, a sociedade européia sempre se impôs como grupo dominante e o povo, que desejava fugir da posição de servilismo, buscava assimilar características e valores desse vetor.

Em toda a história da humanidade, o povo sempre viveu na oralidade: as crenças, as histórias, as lendas eram passadas de pai para filho, resgatando apenas a memória do passado. A escrita era considerada como um saber que gerava autonomia, sendo, portanto, algo proibido para o povo. A Igreja ditava seus dogmas, assentados nos escritos em latim, oralmente, inclusive para a Nobreza. Ao povo, cabia ouvir sem questionar. Como consequência desse domínio do conhecimento escrito pelo Clero, o povo dispunha da língua de forma assistemática: não havia a língua normatizada e cada qual a utilizava da sua maneira, de forma que pudessem guardar canções dos artistas que andavam pelos lugarejos. A educação se dava de forma assistemática, buscando garantir a normalização moral da sociedade, ou o treinamento pontual de alguns indivíduos. Desde o Renascimento, a alfabetização, entendida aqui como processo de decodificação da leitura e da escrita, tem sido importante no desenvolvimento da sociedade humana. Numa época onde o conhecimento era para poucos que detinham o poder e dominavam as grandes massas populares, a Igreja representava a voz de Deus na Terra, “A Palavra Sagrada”; desse entendimento e do fato de todos os textos serem escritos em latim (língua somente entendida pelos padres), é que advin-





ham o poder e o controle da Igreja. “ *No entanto, nem é preciso sublinhar que esta autoridade é necessariamente restrita: sendo os únicos que, por razões muito particulares, têm acesso a inteligibilidade das coisas, o dizer do sacerdote,...se estabelece sobre a legitimidade de um saber inquestionável e, pelo mesmo movimento, estabelece como legítima esta exclusividade de seu dizer.*” (Valle, 1997: 73)

No século XVII, a igreja faz um trabalho de massificação da escrita pela disseminação da Bíblia, o ato de alfabetizar está ligado à iniciação à religião, que pretende na verdade ampliar seu domínio através da disseminação de seus dogmas.

Entretanto, iniciou-se um processo de revolução social que culminou com a ruptura do vínculo da Igreja com a burguesia, que lutava contra toda a autoridade da hierarquia e das tradições, buscando maior autonomia no seu pensar e no seu fazer. Era uma época em que se buscava a ampliação da liberdade de pensamento e a supremacia da razão para, através dela, garantir a realização de todas as grandes aspirações humanas, éticas e materiais, individuais e coletivas, culturais e científicas. O homem maravilha-se com suas descobertas e com suas próprias obras. “*O homem se descobre capaz de intervir positivamente em seu destino, sua vida, vencendo os obstáculos que impediam o livre exercício de sua vontade e os limites naturais que entravam seu entendimento; descobre-se também capaz de intervir sobre natureza; de agir sobre a sociedade e sobre o mundo político, dominando-os por força de sua habilidade analítica e em função de sua vontade.*” (Valle, 1997: 70-71)

Inicia-se o processo de construção de uma nova sociedade, capaz de permitir que cada homem faça inteiramente uso de sua razão, que não tem limites se estendendo a todos os homens e a todos os domínios. Esse movimento se liga de forma muito acentuada à valorização da Educação. A prática pedagógica adquire pela primeira vez um caráter político e vive uma época de grande prestígio, onde se depositavam todas as esperanças de transformação da sociedade e da criação de um tipo de homem, “o gentil-homem”, que deve viver na luz e na harmonia. Neste contexto, não cabe mais a oralidade, inicia-se então a busca de uma língua que pudesse tornar o conhecimento universal, dando possibilidade a todos de adquiri-lo.

Surge a seguinte questão: Como universalizar formas tão variadas de grafar a língua? A normatização da língua se deu no nível gramatical por questões políticas, a língua oficial foi imposta e os estados foram identificados pela língua que falavam, cabia à escola o papel de moldar o cidadão, que esse ideal de sociedade exigia. Ao cidadão, cabia o papel de tornar-se alguém condizente com aquela perspectiva de sociedade racional. A alfabetização nesta perspectiva é um instrumento de uniformização das práticas sociais.

Do pensamento Aristotélico, que associava o ato de falar ao ato de pensar, derivou a idéia de que quem não conseguisse transformar e absorver a norma agora tida como culta, não caberia nessa sociedade, pois não era capaz de pensar. Logo, não seria o cidadão digno dessa sociedade racional.



A língua torna-se então um fator dificultador e excludente na construção de conhecimentos comuns, “deixando pessoas que não constroem conhecimentos a partir da linguagem empregada na experiência de ensino com um sentimento de marginalidade cultural – aquele que realmente causa a segregação dos grupos sociais minoritários.” (Senna, 2000: 172.)

Segundo Vygotsky, a linguagem é produto da representação humana e cada qual atribui à palavra um significado (Para Vygotsky, o significado é a base estável da palavra; os sentidos é que são variáveis) que pode ser distinto do outro de acordo com as experiências sociais, culturais e afetivas em que este indivíduo esteve envolvido. Pensemos na criança das camadas populares que chega à escola com toda sua experiência construída a partir de situações que nem sempre correspondem a expectativa escolar em relação a esta criança. Geralmente, ocorre um choque de sentidos que dificultam o processo ensino aprendizagem. A escola desconsidera toda esta experiência e busca imprimir no aluno as práticas sociais que são aceitas pela classe dominante sem considerar que sentido tem para a criança esta ou aquela prática. “*A chegada à escola pela primeira vez pode tornar-se uma experiência muito constrangedora para a criança, caso perceba sua cultura – todo seu universo representacional, portanto – como não verdadeira, não correta ou, vulgar.*” (Senna, 1999; 31.) Este é realmente um aspecto preocupante, porque na verdade ocorre um estranhamento entre linguagens que acaba por ocasionar a exclusão do aluno do processo de aprendizagem, não caracterizando de forma alguma dificuldades no processo cognitivo do mesmo. Até a década de 70, ainda não existia o sentido de letramento como hoje nos coloca Magda Soares, o sentido de alfabetização restringia-se ao domínio da regra gramatical da língua. Indivíduo alfabetizado era aquele que dominava perfeitamente a leitura e a escrita, este teria seu lugar assegurado na sociedade.

A sociedade contemporânea sofre grandes e rápidas transformações: não é possível pensar um cidadão que seja capaz de realizar um ato mecânico de decifração e reprodução de sinais gráficos, tendo apenas adquirido o domínio do sistema ortográfico, utilizando-o de forma meramente mecânica; torna-se necessário que essa pessoa utilize essa habilidade ler e escrever envolvendo-se nas práticas sociais de leitura e escrita, como leitura de jornais, revistas, livros, receitas, bulas de remédios, manuais diversos, que a utilize no dia a dia para a resolução de problemas, tais como, preenchimento de formulários, cheques, requerimentos, cartas comerciais, solicitação de emprego, anúncio de jornais. Ao longo do processo de aquisição dessas habilidades, esse indivíduo terá atingido o letramento, ou seja, será capaz de exercer sua cidadania de forma ampla, reflexiva, crítica e responsável percebendo-se integrante, dependente e transformador do ambiente no qual interage.

O conceito de letramento hoje, segundo Magda Soares, é muito mais amplo, admitindo como letrado aquele indivíduo que, mesmo não sabendo ler ou escrever, envolve-se no seu dia a dia com práticas sociais de leitura e de escrita, como por exemplo ouvindo leituras de jornais, cartas, anúncios ou ditando cartas para que ou-





tros escrevam conseguindo também fazer a leitura de fatos ou situações concretas que sucedem cotidianamente em sua vida.

A educação brasileira desde que se abriu às camadas mais populares da sociedade teve que lidar com uma realidade que até então não havia adentrado suas portas e para a qual não estava preparada. Esta clientela que lhe foi imposta contrariava o sentido de tudo que a escola pública pensava ser de útil e socialmente adequado. Neste momento, a sociedade caminha para a crença de que a tecnologia salvaria o mundo e Piaget com sua teoria construtivista influenciou a educação mundial com a perspectiva de universalização do sujeito cognoscente, ou seja, todos tem a priori as mesmas condições biológicas para construir conhecimento a partir da sua relação com o meio. *“Para Piaget, a inteligência é somente um caso particular da adaptação biológica: se a vida é adaptação às condições do meio mutante, a inteligência humana é uma das formas de adaptação que a vida adquiriu na sua evolução...”* (B. Golse, 1998: 157) Este conceito representou nas décadas de 60 e 70 um marco para a educação brasileira, embora esta não fosse uma teoria da educação.

Em seus estudos, Piaget dedicou-se a estudar o aspecto cognitivo do desenvolvimento da criança, procurando demonstrar de forma coerente o como e o porquê desse desenvolvimento intelectual, deixando claro que existem universais do desenvolvimento. Existe um sujeito cognoscente que, a partir de uma estrutura e de um potencial de base construirá, por meio de experiências sucessivas, o conjunto de suas funções cognitivas (construtivismo). Essa construção do conhecimento se dá a partir de ações exploratórias sobre o meio ambiente e de acordo com etapas que se sucedem ao longo do desenvolvimento orgânico. Piaget reafirmou a crença no homem que constrói conhecimento e na mente com um aparato neuro-fisiológico que desenvolve propriedades lógicas. A partir dessa concepção, o indivíduo deixou de ser importante, o que importava era desenvolver essa mente com suas propriedades lógicas.

A introdução da teoria de Piaget coincidiu com a democratização do acesso escolar, consequentemente, isto trouxe para dentro da escola uma clientela com diferenças dialetais e culturais, em geral bastante acentuadas e ignoradas pelas camadas mais beneficiadas da população. Houve a democratização do acesso, mas não a democratização dessa escola que envolvida com este sujeito universal não estava preparada e nem desejava considerar as diferenças como fator relevante. Importava neste momento formar o tecnólogo que dominará a tecnologia para obter o poder.

A escola não olha o indivíduo, mas o sujeito que quase como uma máquina é produtor de conhecimento lógico-abstrato. Tudo o que era subjetivo, pessoal era irrelevante do ponto de vista da aprendizagem, pois todos os indivíduos teriam a priori as mesmas características universais, consequentemente bastava a cada um ter determinadas experiências que propiciassem o desenvolvimento desta mente. A escola se apropriou da teoria construtivista e, partindo do pressuposto de que todos eram iguais em seu aparato mental, investiu na possibilidade de desenvolver em seus alunos todo o potencial cognitivo a partir de experiências lógico-formais; aquele aluno que, por



acaso, não conseguisse atingir o grau de desenvolvimento enunciado por Piaget em cada uma de suas etapas deveria ter algum problema no seu desenvolvimento, impedindo-o de atingir os níveis desejados de conhecimento, esta era a idéia que imperava. Neste período, houve a medicalização do fracasso escolar: toda e qualquer dificuldade no processo ensino-aprendizagem derivava do aluno que, com certeza, tinha seu potencial cognitivo comprometido por algum problema, geralmente de ordem biológica.

Os estudos de Vygotsky, que durante muito tempo foram deixados de lado, ganharam maior destaque na medida em que se percebeu que a grande maioria dos problemas de aprendizagem não podiam ser justificados por problemas de ordem médica. Os três níveis de desenvolvimento que ele nos aponta em sua teoria, especialmente o nível de desenvolvimento proximal: *“define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário”* (Vygotsky, 1991: 97.). Além dos processos que já amadureceram, importa a Vygotsky os processos que ainda estão em formação, assim o ensino deve ser direcionado para estimulá-los terminando por se efetivarem. A linguagem também assume um papel importante em sua teoria: segundo sua concepção, o pensamento não é simplesmente expresso em palavras, ele nasce através delas e por meio delas passa a existir. *“Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas formas caracteristicamente humanas de comportamento produz, mais tarde, o intelecto, e constitui a base do trabalho produtivo.”* (Vygotsky, 1991: 27.). Uma vez que é principalmente através da linguagem que se dá a mediação, ela seria o eixo de aproximação entre os indivíduos, aliada a isso a importância da cultura no desenvolvimento do indivíduo são de grande relevância para a educação nos dias de hoje. O desenvolvimento envolve processos simultâneos de imersão na cultura e afloramento da individualidade, o sujeito se faz como ser diferenciado do outro, mas formado na relação com o outro e do seu modo concreto de vida depende o desenvolvimento de seus processos psicológicos.

Para Vygotsky, a aprendizagem se inicia muito antes da criança entrar na escola. A aprendizagem e o desenvolvimento estão interrelacionados e acontecem desde o primeiro dia de vida da criança. Antes de entrar na escola, a criança vive uma série de experiências: ela aprende a falar, nomeia objetos, conversa com outras pessoas (adultos e colegas), adquire informações para obter respostas às suas perguntas, imita comportamentos, realiza atividades com quantidades e algumas operações. Esses conceitos espontâneos são formados pela criança em sua experiência cotidiana, no contato com as pessoas de seu meio, de sua cultura em confronto com uma situação concreta. Esta experiência vivida não se constrói à margem dos processos cognitivos, mas integra-se ao desenvolvimento geral da criança (cognitivo e sócio-afetivo), passando a ser o conteúdo representacional da criança, sendo geralmente manifestado através da linguagem.





Desta forma, a cultura não é imposta à criança, mas construída através de mecanismos internos em confronto com situações externas. É neste processo que a criança vai se formando como indivíduo, por isso, negando ou menosprezando a cultura de uma criança, correríamos o risco de negar a própria criança.

Ao eleger uma determinada linguagem como padrão na experiência educacional, sem considerar a multiplicidade cultural que hoje invade a escola, a escola estaria criando dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Vygotsky, com seu conceito de ZDP, nos demonstra que a criança das camadas populares constrói seus conhecimentos, cabe à escola estar atenta às questões culturais e à linguagem que pode ser o grande problema da relação professor/aluno. *“os processos mentais não se subordinam a leis exclusivamente inatistas ou comportamentalistas, mas, sim, integram aos estados potenciais da cognição fatores representacionais condicionados à memória antropológica legada aos indivíduos por seus grupamentos sociais reconhecidos como legítimos.”* (Senna, 2000: 171.). Legitimadas as diferenças cabe à escola se organizar de modo a atendê-las.

Os estudos hoje reconhecem nesta oralidade uma forma de pensamento que, diferentemente do modelo científico não precisa de planejamento prévio, pois não busca a verdade. Este pensamento, denominado narrativo, se dá sem modelos abstratos, o que importa é o vivido. Esta forma de pensar o mundo seria definida através da relação do sujeito com as situações reais que enfrenta em sua vida concreta, pouco dada a abstrações, abstração essa, fundamental para o desenvolvimento do pensamento científico. Este indivíduo geralmente tem sua origem em grupos migrantes de zonas rurais, principalmente da região nordeste, seus pais são trabalhadores em ocupações braçais pouco qualificada e com nível de instrução muito baixo. O papel da escola seria entender esta maneira de pensar tentando garantir ferramentas e linguagens capazes de cair em ZDP, gerando escolarização plural e sendo realmente aquele agente de letramento que dá ao outro condições de se apropriar do conhecimento para chegar à autonomia através do acesso ao conhecimento científico.

Bibliografia:

- B. Golse, O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança. Ed. ArtMed, 1998, 3ª edição
- Do Valle, Lílian – A escola imaginária. DP&A editora, 1997
- Senna, Luis Antonio Gomes – O currículo na escola básica: Caminhos para a formação da cidadania –Dunya Editora, 1997
- Senna, Luis Antonio Gomes – Artigo: A educação brasileira e seus múltiplos imaginários: Desafios à educação intercultural, 2000.
- Senna, Luis Antonio Gomes – Artigo: Aspectos cognitivos e culturais do processo de leiturização na escola fundamental, 1999.
- Soares, Magda – Letramento: Um tema em três gêneros – Autêntica Editora, 1998
- Vygotsky, L. S. – A formação social da mente – Ed. Martins Fontes, 1991, 4ª edição.





Janáina P. Ribeiro. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.



Rosane R. Martins. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.



Adriana Soares Barbosa. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.



Luzia C. N. Araújo. Mestranda e membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.



Luiz Antonio Senna. Doctor en Linguística Aplicada y Profesor en el Programa de Posgrado de la Facultad de Educación de la Universidad del Estado de Rio de Janeiro / UERJ. Coordinador del Grupo de Investigación Lenguaje, Cognición Humana y Procesos Educativos, donde desarrolla estudios avanzados en procesos cognitivos de letramento y su aplicabilidad a los procesos educativos destinados a la enseñanza pública. Dirección electrónica: <http://www.senna.pro.br>

